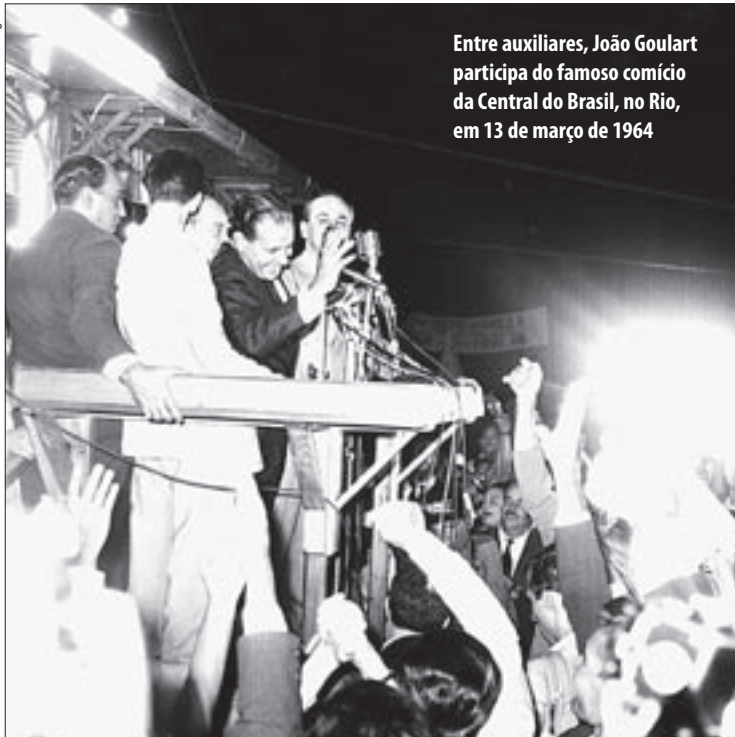


C. Bosco/Acevo UH/Folha Imagem



Entre auxiliares, João Goulart participa do famoso comício da Central do Brasil, no Rio, em 13 de março de 1964

Trinta anos da morte de Jango, o presidente deposto

Ele foi o único ex-presidente do Brasil a falecer no exílio. João Belchior Marques Goulart, o Jango, morreu em 6 de dezembro de 1976, na cidade argentina de Mercedes. “Há quem diga que o exílio é como a

agonia dos pássaros cativos”, afirmou Paulo Paim ao homenagear o político gaúcho. José Maranhão, Tasso Jereissati, Mão Santa e Arthur Virgílio também lembraram as qualidades de Jango. **Página 6**



Cem anos do nascimento de Mário Quintana, o poeta **Página 7**

Mais facilidade para isenção de visto a turista e empresário

Quando houver interesse em estreitar relações, o governo brasileiro pode isentar o turista ou o empresário estrangeiro do visto de entrada no país, sem exigência de reciprocidade. A medida é prevista em projeto de lei aprovado ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. **Página 2**

Brasil terá embaixador na Guiné Equatorial

Terceiro maior exportador de petróleo da África, a Guiné Equatorial terá em breve o primeiro embaixador brasileiro residente no país. Ontem, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou o nome de Agemar de Mendonça para o cargo. A decisão final será do Plenário. **Página 7**

Alívio para dívida de agricultor nordestino

Plenário aprova projeto que autoriza a repactuação de operações de crédito rural no âmbito do Procefa e do Pronaf

O projeto de conversão de medida provisória beneficia pedidos de renegociação que tenham sido protocolados ou apresentados formalmente aos agentes financeiros até 31 de dezembro de 2004. Esse prazo será modificado em outra MP, conforme acordo de líderes para incluir também coope-

rativas e bancos de desenvolvimento. O projeto ainda autoriza a União a conceder subvenções econômicas a agricultores familiares que contraíram financiamentos junto aos bancos do Sistema Nacional de Crédito Rural. Essas novas operações de crédito poderão ter prazo de reembolso de até cinco anos. **Página 3**



Em Plenário, parlamentares do governo e da oposição debatem projeto que beneficia agricultores do Nordeste

Supremo derruba cláusula de barreira

Ameaçados de ficar sem verbas do fundo partidário, tempo na propaganda eleitoral e estrutura de liderança no Legislativo, os pequenos partidos foram benefi-

ciados por decisão do Supremo Tribunal Federal. Unanimemente, os ministros do Supremo consideraram inconstitucional a chamada “cláusula de barreira”. **Página 6**



Almeida/Motiz

Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo aprova facilidade para entrada de estrangeiros e decide promover audiência sobre matriz energética

Jone Araújo



Na reunião da CDR, Tasso Jereissati (E), César Borges, Jefferson Péres, Flexa Ribeiro e Demostenes Torres

Governo poderá dispensar visto de entrada para turistas

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem proposta que delega poderes ao governo para dispensar, unilateralmente, a exigência de visto de entrada de turistas e empresários, quando houver interesse do Brasil em estreitar relações de comércio e turismo com os países dos quais essas pessoas são naturais. O projeto de lei do senador Paulo Octávio (PFL-DF) foi relatado por César Borges (PFL-BA).

Apesar de seu relatório ser favorável, César Borges alertou os senadores para o perigo que pode representar o fato de o país abrir mão da exigência de reciprocidade em relação a vistos de turismo e negócios, ou seja, deixar de cobrar visto de entrada de turistas e empresários provenientes de países que continuem a exigir visto dos brasileiros na mesma situação.

Para diluir essa responsabilidade, que o PLS 151/06 delegava ao ministro do Turismo, César Borges acatou emenda aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) exigindo que a isenção de visto seja feita por portaria conjunta dos ministérios das Relações Exteriores, Justiça e Turismo.

O senador reconheceu ser relevante para o desenvolvimento do turismo no Brasil, cujo potencial é muito mal explorado, a possibilidade de dispensar vistos de entrada de turistas oriundos de determinados países, mas externou sua preocupação em relação ao tratamento recebido por turistas brasileiros em países como os Estados Unidos, onde há exigências de passar por detector de metais, retirar sapatos e até peças de roupas.

– Se eles fazem essas exigências aos turistas brasileiros, o Bra-

sil deve dar, aos seus respectivos nacionais, o mesmo tratamento – afirmou.

Para César Borges, o turismo brasileiro reúne condições extremamente favoráveis, uma vez que o país tem belíssimas praias, sol o ano todo, biodiversidade ímpar no Pantanal e na floresta amazônica, dezenas de parques naturais, além de um povo caloroso e alegre, música contagiante e culinária atraente.

O projeto foi aprovado com três emendas adicionadas na CCJ e agora segue para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde será analisado antes de ir a votação em Plenário.

A CDR concedeu vista do PLS 34/06, da senadora Roseana Sarney (sem partido-MA), que determina a criação de uma zona de processamento de exportação (ZPE) no município de Imperatriz, no Maranhão.

Comissão promoverá debate sobre uso do gás natural no país

Em sua reunião de ontem, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou requerimento do senador César Borges (PFL-BA) para a realização de uma audiência pública destinada a tratar da questão da matriz energética do gás natural no país, bem como da construção de gasodutos e do fornecimento de gás, pela Petrobras, ao pólo siderúrgico no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CE).

Serão convidados o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau; o presidente da Petrobras, Sérgio

Gabrielli; o vice-governador do Ceará, Maia Júnior; e o diretor-executivo da área de ferrosos da Companhia Vale do Rio Doce, José Carlos Martins.

César Borges lamentou que o governo brasileiro tenha aceitado as imposições da Bolívia sobre os contratos de gás natural.

O presidente da CDR, Tasso Jereissati (PSDB-CE), protestou contra a maneira como o contrato de fornecimento de gás natural ao pólo siderúrgico do Ceará “foi rasgado em função da subserviência do governo à Bolívia”.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

Com início às 9h30, a sessão de hoje é não-deliberativa, sem votação de projetos. Haverá pronunciamentos e debates dos parlamentares em Plenário. Entre os senadores inscritos para discursar estão Serys Slhessarenko (PT-MT) e José Maranhão (PMDB-PB).

Mulheres em movimento

A TV Senado apresenta hoje, às 22h45, documentário sobre a luta das mulheres no Brasil. Com direção de Maria Maia, o especial aborda temas como a resistência das mulheres negras, durante a escravidão e nos anos de chumbo; a participação feminina na luta pela anistia; o lobby do batom e as conquistas femininas na Constituição de 88. O programa fala ainda da violência contra a mulher e os desafios que ela enfrenta na atualidade. Reprise amanhã, às 16h e às 21h30, e no domingo, às 22h.

Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se hoje, às 10h, às 14h30 e às 18h, para votar projetos de lei prevendo abertura de créditos ao orçamento de ministérios e de empresas estatais.

Visitas pelo Senado

A Secretaria de Relações Públicas do Senado oferece passeios guiados por toda a Casa, começando pelo Salão Negro. Está incluída visita ao Plenário. Mais informações pelo telefone (61) 3311-3388.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 2º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Sérgio Zambiasi, Pedro Simon, Romeu Tuma, José Maranhão, Edison Lobão e Valdir Raupp

Acolhido relatório que prevê gastos de R\$ 126 bi com juros da dívida

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou na noite da quarta-feira o sub-relatório que trata de Fazenda, Desenvolvimento e Turismo, onde estão as previsões do governo para o comportamento da dívida pública da União em 2007. O documento trabalha com um gasto líquido no ano que vem de R\$ 126,8 bilhões para pagamento de juros – o valor inclui a inflação, mas abate os juros que a União receberá. A quantia é pouco menor que a previsão de 2006, de R\$ 131,2 bilhões.

O relator da área, deputado Alex Canziani (PTB-PR), sustentou em seu relatório que o governo deveria trabalhar com a dívida pública mobiliária interna bruta, sem descontar o que a União tem emprestado ou a parte da dívida na carteira do Banco Central. Por esse critério, a dívida está em R\$ 1,51 trilhão. Pelo critério da dívida líquida, ela se encontra próxima de R\$ 1,03 trilhão.

Por lei, o Congresso não pode modificar as previsões do Executivo para a administração da dívida pública, limitando-se a

discuti-las.

Em seu relatório, Alex Canziani destaca que o governo tem conseguido sucesso em alongar o perfil dos títulos da dívida, ao mesmo tempo em que procura oferecer títulos prefixados ou vinculados a índices de preços, considerados os melhores instrumentos para a administração da dívida. Informou que em julho último o prazo médio dos títulos estava em 30 meses, contra 27,6 meses de um ano antes.

Os deputados e senadores propuseram 837 emendas para mudar o relatório setorial – a quase totalidade visava aumentar investimentos na área de turismo. No final, o sub-relator aceitou emendas que aumentaram os gastos com projetos de desenvolvimento industrial e turístico em R\$ 836 milhões.

Esse foi o terceiro dos dez relatórios setoriais do projeto do Orçamento de 2007 aprovado pela CMO. Nova votação está prevista para a próxima segunda-feira, às 19h, quando os parlamentares examinarão a área de Agricultura e Desenvolvimento Agrário.

Acréscimo beneficia programa de apoio à agropecuária

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) agregou ao relatório de Agricultura e Desenvolvimento Agrário recursos adicionais no valor de R\$ 476,3 milhões. Dessa soma, R\$ 390,48 milhões foram atribuídos a gastos com investimentos, dos quais R\$ 289,27 milhões em favor da pasta da Agricultura e R\$ 101,21 milhões para o Desenvolvimento Agrário.

Os acréscimos beneficiaram sobretudo o programa Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário, da pasta da Agricultura, que desenvolve ações em parceria com estados e municípios. Esse ministério ficou com orçamento global próximo a R\$ 6,3 bilhões para 2007, incluindo gastos das empresas e repasses a fundo vinculado ao café.

Na área do Desenvolvimento Agrário, o programa que ganhou mais recursos foi o de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais. Com acréscimo de R\$ 82 milhões, ficou com recursos no valor de R\$ 188,59 milhões. No total, os gastos da pasta para o ano que vem chegaram a R\$ 9,5 bilhões, incluindo os do Inra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Comissão reinicia na segunda-feira exame de pareceres

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) retoma na segunda-feira o exame dos relatórios setoriais ao projeto do Orçamento da União para 2007. Às 19h, terão início a leitura e a discussão do relatório da área de Agricultura e Desenvolvimento Agrário, elaborado pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). Se a votação for concluída no mesmo dia, subirá a quatro o número de relatórios temáticos aprovados, dos dez que integram a proposta orçamentária.

A leitura do relatório de Agricultura estava prevista para ocorrer na quarta-feira à noite, mas foi adiada a pedido do PSDB.

Para o presidente da CMO, deputado Gilmar Machado (PT-MG), o ritmo dos trabalhos indica que será possível concluir a votação do relatório final do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), na CMO, até o dia 20. O exame no Plenário do Congresso está previsto para 22 de dezembro, uma sexta-feira.

Hoje, devem ser entregues à secretaria da CMO mais dois relatórios, os das áreas de Trabalho e Previdência e de Integração Nacional e Meio Ambiente.

Projeto acatado pelo Plenário beneficia autores de operações no âmbito do Procer e do Pronaf que tenham solicitado repactuação até 31 de dezembro de 2004



O líder do governo, Romero Jucá, debate proposta em Plenário, observado por Ney Suassuna e Mão Santa

Senado aprova renegociação de débitos de agricultor nordestino

O Senado aprovou ontem a proposta que autoriza o gestor do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) a assumir, a partir da renegociação, as dívidas de agricultores nordestinos decorrentes de financiamentos realizados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O Projeto de Lei de Conversão 23/06, proveniente da Medida Provisória 317/06, autoriza a repactuação, o alongamento e a individualização de operações de crédito rural do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procer) e do Programa

Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que tenham sido apresentadas formalmente aos agentes financeiros até 31 de maio de 2004. Esse prazo será modificado em outra MP, conforme acordo de líderes para incluir em outras medidas provisórias os itens referentes a ampliação de prazo e inclusão de cooperativas e bancos de desenvolvimento.

O projeto também autoriza a União a conceder subvenções econômicas na forma de rebates, bônus de adimplência, garantia de preços de produtos agropecuários ou outros benefícios, no

âmbito do Pronaf, a agricultores familiares que contraíram financiamento junto aos bancos do Sistema Nacional de Crédito Rural.

Para ter direito à renegociação das dívidas, os agricultores precisam estar adimplentes com as parcelas vencidas até 31 de dezembro de 2004. Essas novas operações de crédito poderão ter prazo de reembolso de até cinco anos, incluindo até dois anos de carência para pagamento da primeira parcela, devendo o respectivo cronograma ser fixado de acordo com o fluxo de caixa da atividade do mutuário.

Heráclito quer ampliar discussão sobre a MP dos Portos Secos

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) defendeu ontem uma discussão mais aprofundada da medida provisória (MP 320/06) que altera o modelo jurídico de organização e a forma de custeio da fiscalização aduaneira nos chamados portos secos.

A principal queixa de Heráclito diz respeito à eliminação do processo de licitação pública para a operação desses empreendimentos.

– É a mesma coisa que expandir a Zona Franca de Manaus pelo Brasil sem um marco regulatório – comparou.

Heráclito diz não ser contra mudanças na regulamentação dos portos secos, mas acredita que a questão precisa ser mais bem discutida com as partes envolvidas, como Receita Federal e ministérios da Saúde e Agricultura. Conforme explicou, o empreendimento abre a possibilidade de interiorização do comércio, propiciando a entrada de produtos estrangeiros em regiões distantes de fronteira marítima.

– Podemos estar diante de uma bomba de efeito retardado geradora de desemprego – alertou.

Na ocasião, Heráclito apontou



Heráclito questiona dispensa de licitação para operação de empreendimentos

demora na apuração de acidente entre uma traineira e um petroleiro ocorrido, há 60 dias, no Rio de Janeiro. Segundo observou, não teria sido possível determinar responsabilidades pelas mortes, por não terem sido identificadas, ainda, as causas do acidente.

Jucá diz que só na terça-feira os líderes dos partidos da base do governo e da oposição se reunirão para buscar entendimento sobre a presidência e a relatoria da comissão

Instalação da CPI das ONGs é suspensa por falta de acordo

Foi cancelada a reunião marcada para ontem em que seria feita a escolha do presidente e do relator da comissão parlamentar de inquérito criada para investigar a transferência de recursos do Orçamento da União para organizações não-governamentais (ONGs) e organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) durante o governo Lula.

O autor do requerimento para a criação da CPI, Heráclito Fortes (PFL-PI), chegou a aguardar que fosse atingido o quórum para instalar oficialmente a comissão, mas a reunião acabou sendo cancelada por falta de acordo dos líderes sobre os cargos da direção do colegiado.

– Terça-feira, nós, líderes, nos reuniremos e conversaremos sobre indicações e espaços na CPI – afirmou o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR).

Ele negou qualquer manobra do governo para tentar barrar a instalação da comissão. Segundo o líder, o governo está consciente da importância dessa CPI, pois compreende a necessidade de se criar uma norma de fiscalização e controle do terceiro setor.

– Existem entidades que atuam bem e outras que atuam mal. Se nós tivermos uma regra clara,



Heráclito (à mesa) e Mozarildo (D) aguardam quórum, que não foi atingido

que hoje não há, para disciplinar a aplicação e a fiscalização de recursos, nós vamos tranquilamente separar o joio do trigo, e aquelas que forem sérias vão poder atuar e ajudar o país – explicou Jucá.

Para Heráclito, a CPI das ONGs será boa para o país, para o governo e para toda a sociedade. “O que a gente precisa é salvar a boa ONG e não permitir que a má prejudique não só o conceito das demais, mas também estrangule os seus recursos”, destacou. Segundo ele, o governo “pisou na bola” ao imaginar que, se permitisse a instalação da CPI no final da legislatura, não haveria tempo hábil para o aprofundamento das

investigações, já que o prazo para o funcionamento da comissão ficaria limitado a 31 de janeiro.

– Esse prazo, apesar de curto, vai nos dar oportunidade para recolher o maior número possível de documentação e guardar num arquivo, para economizar tempo, sem a preocupação de ouvir testemunhas e fazer oitivas. Depois, é só esperar a abertura da nova legislatura e apresentar requerimento para a instalação imediata de uma nova CPI – explicou Heráclito, que afirmou já estar colhendo assinaturas para a instalação de uma nova comissão a partir de fevereiro, mas não quis informar quantos senadores já apóiam a proposta.

Borges destaca anulação pelo TCU de contrato portuário na Bahia

César Borges (PFL-BA) comentou decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que determina a anulação, por irregularidades, de contrato entre a Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba) e a multinacional Bunge Alimentos, para construção e operação de um terminal de grãos no Porto de Aratu (BA).

Motivada por requerimento de Borges, a decisão dá à Codeba prazo de 15 dias para cumprir a sentença. Segundo o senador, o parecer do ministro Augusto Nardes, que acusou 16 irregularidades graves na concorrência e no contrato, foi acolhido por nove votos a zero. Quando esse contrato foi firmado, presidia a

Codeba o ex-prefeito de Itabuna Geraldo Simões (PT), multado em R\$ 3 mil.

Borges parabenizou o TCU pela decisão, advertindo que o contrato agredia a ordem econômica ao permitir à Bunge o controle de toda a cadeia produtiva da soja na Bahia.

Ministro do TCU

Ainda sobre o TCU, o senador destacou a aprovação, pela Câmara, da indicação do deputado federal Aroldo Cedraz (PFL-BA) para exercer o cargo de ministro desse tribunal, escolha que ainda será submetida ao Senado. Na sua opinião, trata-se de um homem “sério, honesto e competente, que irá zelar pelo bom emprego das verbas públicas”.



Borges: uma só empresa poderia controlar toda a cadeia produtiva da soja no estado

César Borges criticou ainda o atual caos na aviação civil e a suposta demora do governo Lula em adotar medidas para resolver o problema, recebendo apartes dos senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Romeu Tuma (PFL-SP) e Heráclito Fortes (PFL-PI).

Lúcia Vânia comemora aprovação na CAS de regras para medicina

Lúcia Vânia (PSDB-GO) comemorou a aprovação, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), na quarta-feira, do substitutivo ao Projeto de Lei 268/02, que regulamenta o exercício profissional da medicina e sua área de atuação relativa às demais categorias do setor da saúde. O texto final é de autoria da senadora, que relatou a proposta na CAS.

O substitutivo de Lúcia Vânia, em relação às proposições originais – os projetos dos ex-senadores Geraldo Althoff (PLS 25/02) e Benício Sampaio (PLS 268/02) –, suprime o conceito de ato médico, com o objetivo, segundo a relatora, de não interferir com as demais profissões da área da saúde.

– Sempre foi nosso objetivo e nosso pensamento que somente com uma ação integral e multidisciplinar é que o paciente, o usuário do sistema de saúde, poderá ser realmente bem atendido. E foi ouvindo as suas reivindicações que conseguimos um avanço significativo, o que confere mais segurança às categorias profissionais que atuam na saúde – afirmou Lúcia Vânia.

A relatora lembrou que a aprovação em turno suplementar na CAS encerrou dois anos de intensas discussões com as mais diversas categorias da área, nas quais ela ouviu cerca de 1.800 pessoas em 30 reuniões.

Ela disse que se empenhou a fundo na tarefa de buscar o consenso, e que está certa de que o resultado final atinge os objetivos da sociedade e reflete os anseios



Recurso pode levar substitutivo de Lúcia Vânia a ser votado pelo Plenário

dos profissionais da área, já que o substitutivo teria sido construído “com muitas mãos”.

– O clima de debate construtivo, que predominou na fase final de negociação entre as diversas categorias, pode e deve ser aproveitado como modelo para a discussão de temas ainda mais relevantes para a saúde pública, especialmente os problemas de financiamento, gestão e política de recursos humanos do Sistema Único de Saúde – acrescentou.

Lúcia Vânia recebeu cumprimentos dos senadores Edison Lobão (PFL-MA), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Paulo Paim (PT-RS) e Luiz Otávio (PMDB-PA). Eles destacaram a capacidade de conciliação demonstrada pela parlamentar, apesar das diferenças de interesses em questão.

O substitutivo foi aprovado em decisão terminativa na comissão, mas a líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), anunciou na última semana que apresentará recurso para que a matéria seja votada também no Plenário antes de seguir para análise da Câmara.

Cai o número de concluintes do ensino básico, diz Mão Santa

A queda no número de alunos que concluem o ensino básico foi lamentada pelo senador Mão Santa (PMDB-PI). Ele se baseou em estudo realizado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), órgão vinculado à Presidência da República.

Conforme o estudo, a expectativa era de que, de cada cem alunos que entraram na 1ª série do ensino fundamental em 1997, 65,8% concluíssem a 8ª série. O estudo mostra, no entanto, que, em 2004, esse índice caiu para 53,5%.

No Nordeste, disse o senador, a situação é ainda pior, pois os dados do CDES mostram que apenas 38,2% dos estudantes de 1ª série conseguiram completar a 8ª série em 2004. “Este governo é pura propaganda”, acusou.



Mão Santa cobra do governo melhores condições para a educação básica

Mão Santa relatou que o especialista em indicadores educacionais da Fundação Cesgranrio Ruben Klein, ao avaliar o estudo do CDES, concluiu que há uma tendência de decréscimo no número de alunos formados no ensino básico.

Renan nomeia integrantes da comissão que vai investigar crise na aviação civil

A partir de indicações dos líderes partidários, o presidente do Senado, Renan Calheiros – foto –, designou ontem os integrantes da comissão temporária que vai acompanhar a crise na aviação civil do país

Virgílio cobra de Lula solução para “apagão aéreo”

Sem ver necessidade de proferir mais um discurso sobre o “apagão aéreo”, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) fez um resumo das notícias sobre o assunto publicadas na última semana. Ele sugeriu ao presidente Lula que pare com o “achismo” e utilize a televisão para explicar o que o governo está fazendo para solucionar a crise da aviação civil.

– Espero que o presidente Lula pare com essa história flácida de que está esperando demissão. Não tem que culpar a Aeronáutica, tem que comandar a Aeronáutica. Não tem que esperar que peçam demissão, tem que demitir os incompetentes. Falta liderança a esse governo. A impressão é de acefalia, falta de comando – acrescentou.

O senador lembrou que o governo utilizou apenas 37% das verbas destinadas à segurança da aviação civil, apesar de já ter sido alertado pelo ex-ministro da Defesa José Viegas sobre a iminência do “apagão aéreo” e por outros 15 relatórios de rotina.

– O presidente da Anac [Agência Nacional de Aviação Civil] acha que os responsáveis pelo clima de terror são aqueles que estão naquele clima de Bagdá nos aeroportos, como refugiados de guerra – protestou o senador.

Arthur Virgílio ressaltou o volume de notícias sobre o “apagão aéreo” e disse que os brasileiros, cerceados no direito de ir e vir, estão discursando pela imprensa.



Arthur Virgílio sugere ao presidente da República que pare com o “achismo”

– o chamado “apagão aéreo”. A comissão será formada por cinco senadores: Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Jefferson Péres (PDT-AM), Ney Suassuna (PMDB-PB)

e Sibá Machado (PT-AC). Antonio Carlos foi o autor do requerimento de criação dessa comissão.

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio, afirmou ontem, em Plenário, que “esse é um

tema do qual o governo federal não pode escapar sem resposta convincente”. O representante do Amazonas também disse esperar que o presidente da República aponte “soluções efetivas” para a crise.



J. Freitas

Tráfego aéreo pode receber R\$ 400 milhões

O relator-geral do Orçamento da União para 2007, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), anunciou em entrevista que está disposto a destinar até R\$ 400 milhões para a Aeronáutica resolver os problemas de segurança do tráfego aéreo do país. Ele deve conversar sobre o assunto com ministros do governo na próxima semana.

– Se houver necessidade, se for preciso, podemos destinar 200 milhões, 400 milhões de reais para resolver o problema. Neste momento, temos alguma disponibilidade para gastos de emergência e de última hora – afirmou.

O senador disse que o Comando da Aeronáutica pediu cerca de R\$ 1,2 bilhão para resolver seus problemas, especialmente compra de aviões e recuperação de equipamentos, mas não foi possível alocar todos os recursos. O Orçamento de 2006 direciona só para manutenção e modernização do tráfego aéreo R\$ 531 milhões. Para 2007, a previsão é de R\$ 489 milhões. O deputado Jaime Martins (PL-MG), relator setorial da área de Defesa e Justiça, conseguiu adicionar ao orçamento da Aeronáutica apenas mais R\$ 16,2 milhões.

Raupp ainda reafirmou que manterá no seu relatório final a previsão de reajuste do salário mínimo de R\$ 350 para R\$ 375 em abril do próximo ano, apesar das manifestações de ministros de que, para cumprir a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o valor teria de ficar em R\$ 367.

Nas últimas horas, o relator-geral tem sido pressionado para destinar mais recursos a vários setores, entre eles a saúde. Parlamentares integrantes da chamada “bancada da saúde” pediram a Valdir Raupp mais R\$ 1,7 bilhão, argumentando que só com esse novo valor será cumprido o artigo da Constituição que direciona verbas para a saúde (Emenda Constitucional 29). O senador terá reuniões na próxima semana com os ministros do Planejamento e da Saúde, Paulo Bernardo e Agenor Álvares, para discutir o problema.

Valdir Raupp enumera entraves ao crescimento econômico

Na avaliação do senador, elevadas taxas de juros, baixos investimentos em infra-estrutura e pagamento de juros da dívida externa são alguns dos principais obstáculos

As elevadas taxas de juros, os baixos investimentos em infra-estrutura e o pagamento de juros da dívida externa são alguns dos obstáculos ao crescimento econômico do Brasil, afirmou, em Plenário, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO). Ele disse que o país precisa de investimentos urgentes em saneamento básico, na recuperação de rodovias, portos e aeroportos e na geração de energia, pois, do contrário, o crescimento de 5% anuais prometidos pelo presidente Lula não será possível.

Na avaliação de Raupp, a política de controle inflacionário pode ser um dos entraves ao crescimento do produto interno bruto (PIB) do Brasil. A alta taxa de juros, assinalou o senador, inibe os investimentos públicos e privados e também o consumo, dificultando o crescimento econômico e a queda das taxas de desemprego.

Praticamente R\$ 150 bilhões por ano são gastos pelo país com o pagamento de juros da dívida interna, disse Raupp, o que di-



Política antiinflacionária pode impedir crescimento do PIB, opina Raupp

minui a quantidade de recursos públicos destinados para investimentos em infra-estrutura. Ele defendeu mais investimentos nos portos, aeroportos e rodovias, assinalando que cerca de 50% da malha rodoviária nacional estão em “condições ruins ou péssimas”.

Apenas as perdas de grãos ocasionadas “por condições inadequadas de transporte”, informou o senador, representam 7% do custo de produção da soja e 12% do custo de produção do arroz. Raupp disse ainda que os

baixos investimentos na geração de energia elétrica ameaçam a meta de crescimento do PIB. O senador sugeriu que a construção das usinas hidrelétricas do rio Madeira, em Rondônia, e de Belo Monte, no Pará, pode ajudar o país a evitar problemas energéticos.

O saneamento básico é outro problema, avaliou Raupp. Ele destacou que 27% das residências brasileiras não têm acesso a rede de esgoto sanitário e 11% não têm acesso a água tratada. O desempenho nacional, no que se refere ao esgoto, segundo afirmou, é inferior ao apresentado pelo Paraguai ou pelo México.

Raupp frisou ter proposto à equipe econômica do governo uma redução mínima do superávit primário para investimentos em infra-estrutura. O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), acrescentou, também sugeriu algumas medidas: crescimento anual do PIB a 6% ao ano, juros a 3%, combinadas à geração de 2,1 milhões de empregos por ano.

Lobão quer país desenvolvido com qualidade de vida para cidadãos

Depois de citar os economistas Joseph Stiglitz (norte-americano, Nobel de Economia em 2001), Vinod Thomas (indiano, ex-diretor do Banco Mundial para o Brasil) e Alberto Ramos (do Goldman Sachs), todos defensores da tese de que a economia brasileira pode crescer mais do que vem crescendo atualmente, o senador Edison Lobão (PFL-MA) disse ontem que a polêmica entre os defensores da escola econômica desenvolvimentista e a monetarista pode estar contribuindo para o atraso na retomada do desenvolvimento do país.

– O fato colocado sobre a

mesa de decisões é o de que, de um lado, ninguém deseja a volta do monstro inflacionário, e há de se fazer tudo para impedi-lo. De outro lado, torna-se dramaticamente premente um desenvolvimento que assegure aos brasileiros a qualidade de vida a que têm direito os que vivem num país como o nosso, com riquezas e possibilidades dificilmente encontradas em outras nações – afirmou Edison Lobão.

Na avaliação do senador, o presidente Lula tem demonstrado, em entrevistas que concedeu após ser reeleito, que o Brasil,



Polêmica pode estar contribuindo para atraso do desenvolvimento, diz Lobão

independentemente da polêmica entre monetaristas e desenvolvimentistas, pode promover o controle das finanças públicas e investir ao mesmo tempo. Edison Lobão sugeriu ao presidente da República que nomeie auxiliares qualificados e criativos para que o país possa alcançar esse objetivo.

Rosewell Pinheiro

Senadores têm opiniões diferentes sobre a decisão. Ribeiro e Jucá consideram que exigência era uma evolução e fortalecia os partidos, enquanto Suplicy concorda com o Supremo

Supremo derruba cláusula de barreira para os partidos

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou ontem a inconstitucionalidade da chamada cláusula de barreira, contida na Lei 9.096/95, que regula as atividades dos partidos políticos no país.

A decisão respondeu a ações diretas de inconstitucionalidade (Adins 1.351 e 1.354), ajuizadas pelo PCdoB e pelo PSC. Por unanimidade, os ministros acompanharam o voto do relator, Marco Aurélio Mello, que preside o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Vários senadores comentaram a decisão do Supremo. João Ribeiro (PL-TO) declarou que a respeita, mas observou que muitos partidos vinham fazendo um grande esforço para se adequar à cláusula de barreira, a qual, para o senador, fortaleceria os partidos.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR) disse acreditar que a decisão do STF causa um problema sério, já que “atrapalha toda a evolução política que estava sendo construída no sentido de conferir mais transparência” ao sistema partidário. Já Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que concorda com o STF, apesar de considerar a cláusula constitucional.



Ministros do STF acompanham o voto do relator, Marco Aurélio Mello

– São muitos os partidos que têm um sentido histórico, como o PCdoB e vários outros, que seriam prejudicados caso ela fosse posta em prática. A cláusula também implicaria uma limitação à liberdade de organização política de partidos novos, como o PSOL.

Regras de transição

O princípio da cláusula de barreira foi instituído em 1995 pela Lei 9.096, com várias regras de transição para que os partidos políticos pudessem se adaptar. Ela só funcionaria plenamente a partir de 2007, com base nos resultados das eleições de outubro deste ano para a Câmara dos Deputados.

Pelas regras, os partidos que

alcançaram 5% dos votos válidos para deputado federal no país e 2% em pelo menos nove estados repartiriam entre si 99% dos recursos do Fundo Partidário, cujo volume total supera R\$ 100 milhões por ano. Teriam ainda garantidos programas semestrais de 20 minutos em cadeia nacional e nos estados, e mais 40 minutos semestrais de inserções publicitárias de até 30 segundos em televisão e rádio. Não alcançando os índices estabelecidos pela lei, os demais partidos teriam acesso a apenas 1% do Fundo Partidário e a programas semestrais de apenas dois minutos para divulgar suas propostas em cadeia nacional.

Superaram a cláusula nas últimas eleições PMDB, PT, PSDB, PFL, PP, PSB e PDT. O PTB incorporou o PAN e, assim, também atendeu ao critério. O PL e o Prona fundiram-se e passaram a denominar-se Partido Republicano. O PPS, o PMN e o PHS resolveram formar a Mobilização Democrática (MD), ainda em processo de registro junto ao TSE. Com a decisão do Supremo, continua a prevalecer a regra de transição que norteou os direitos dos partidos até as eleições deste ano.

CPI: imagens do Hotel Ibis chegam hoje a Brasília

O secretário-executivo da CPI dos Sanguessugas, Augusto Pannisset, foi a Cuiabá receber da Polícia Federal os 36 CDs com as imagens das câmeras do Hotel Ibis, em São Paulo, no qual foram presos em 15 de setembro, com R\$ 1,75 milhão, Gedimar Pereira e Valdebran Padilha. Eles integram o grupo acusado de negociar a compra de um dossiê destinado a comprometer políticos do PSDB.

As imagens mostram a movimentação de Gedimar e Valdebran no hotel, enquanto aguardavam a chegada de Paulo Trevisan, tio de Luiz Antônio Vedoin, sócio-proprietário da Planam. Trevisan estava embarcando em Cuiabá para São Paulo quando foi preso no dia 14. Em seu poder, a PF encontrou material que mostrava o então candidato ao governo de São Paulo José Serra, à época em que era ministro da Saúde, durante solenidade de entregas de am-

bulâncias. Também aparecia nas imagens o candidato a presidente Geraldo Alckmin.

De acordo com o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), sub-relator da CPI, as imagens devem chegar hoje a Brasília, permitindo o exame detalhado dos movimentos de Gedimar e Valdebran, especialmente nas duas ocasiões em que o primeiro recebeu malas e sacolas entregues pelo assessor de imprensa da campanha de Aloizio Mercadante (PT) ao governo de São Paulo, Hamilton Lacerda.

Em audiência na quarta-feira, o delegado responsável pelo caso do dossiê, Diógenes Curado, disse aos membros da CPI estar certo de que Lacerda foi o portador do R\$ 1,75 milhão.

Gabeira e os deputados Carlos Sampaio (PSDB-SP) e Raul Jungmann (PPS-PE) têm procurado estabelecer relações entre as imagens do sistema de segurança do Ibis e os telefonemas feitos entre

os membros do grupo, que era comandado pelo chefe do setor de Mídia e Risco da campanha de Lula, Jorge Lorenzetti, e do qual também faziam parte Oswaldo Bargas e Expedito Veloso.

Relatório e prorrogação

O presidente da CPI, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), anunciou que vai marcar a apresentação do relatório final pelo senador Amir Lando (PMDB-RO) para a semana que vem, entre os dias 13 e 15. A comissão teria até o dia 19, prazo final dos trabalhos, para votá-lo.

Biscaia e Lando temem que uma prorrogação da CPI até janeiro impossibilite a votação do relatório, devido ao baixo quórum no período de recesso. Gabeira, no entanto, disse que já foram conseguidas mais de cem das 171 assinaturas de deputados necessárias à prorrogação. No Senado, já foi obtido o número mínimo de 27 assinaturas.

Parlamentares homenageiam Jango nos 30 anos de sua morte

A memória do ex-presidente João Goulart recebeu homenagem ontem no Plenário do Senado, pela passagem dos 30 anos de sua morte, em discursos dos senadores José Maranhão (PMDB-PB), Paulo Paim (PT-RS) e apertes de Tasso Jereissati (PSDB-CE), Mão Santa (PMDB-PI) e Arthur Virgílio (PSDB-AM).

José Maranhão destacou, entre as realizações de Jango, como o político era conhecido, o pioneirismo na implementação de projetos de integração comercial e regional no Brasil. O parlamentar citou também benefícios concedidos aos trabalhadores urbanos, como a gratificação natalina ou 13º salário, instituído em 1962, e aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, que estabeleceu as relações trabalhistas no campo, até então não reguladas.

– A sindicalização dos trabalhadores rurais, que estavam organizados nas Ligas Camponesas, foi concretizada. E essas deram origem a federações e confederações cujas demandas ganharam força com o advento da Constituição federal de 1988.

Exílio

Por sua vez, Paulo Paim lamentou o fato de João Goulart ter morrido no exílio, na cidade argentina de Mercedes, em 6 de dezembro de 1976.



José Maranhão destaca realizações do governo Goulart em diversos setores

– Há quem diga que o exílio é como a agonia dos pássaros cativos. De que adianta ter um par de asas se lhes falta o céu para voar? – disse.

Paim declarou que, quando pensa em João Goulart, lembra de democracia social, liberdade, bom debate político e interesses nacionais. Ele ressaltou que um dos primeiros atos de Jango como presidente da República foi cancelar concessões irregulares de empresas estrangeiras de mineração e controlar a remessa de lucros para o exterior.

Em apertes, os senadores Tasso Jereissati, Mão Santa e Arthur Virgílio elogiaram o discurso do colega gaúcho. Jereissati afirmou que Jango foi uma das personagens “mais injustiçadas” da história do país. Mão Santa ressaltou “a paciência e a bondade” do ex-presidente e sua capacidade de ser solidário.

Flexa Ribeiro destaca criação no Pará da maior área ambiental do mundo

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) destacou ontem a criação, pelo governo do Pará, da obra que está sendo considerada a maior área ambiental protegida por lei em todo o planeta. Na última segunda-feira, informou, o governador Simão Jatene assinou decretos de criação de quatro florestas estaduais, uma área de proteção ambiental, uma estação ecológica e uma reserva biológica, que somam mais de 15 milhões de hectares. Parte dessa área poderá ser explorada de forma racional e sustentável.

Conforme o senador, o setor florestal responde pelo segundo lugar em exportação do Pará, sendo o setor mineral o primeiro. Lembrou ainda que, em 2004, a indústria madeireira exportou US\$ 1,1 bilhão.

Ele assinalou que o trabalho foi acompanhado por entidades como o Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) e a organização não-governamen-



Flexa Ribeiro diz que trabalho teve apoio de entidades ambientais, como a WWF

tal Conservação Internacional, além de contar com a presença de integrantes da World Wild Life Foundation (WWF) na cerimônia de assinatura dos decretos.

Flexa Ribeiro acrescentou que Jatene assinou projeto criando o Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará (Ideflor), que será responsável pela política estadual de produção e desenvolvimento florestal. Flexa Ribeiro recebeu apoio, em apertes, de Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) e Mão Santa (PMDB-PI).



Jefferson (D), ao lado de Sanctos, dirige reunião da Comissão de Relações Exteriores

Indicação para embaixada na Guiné Equatorial passa na CRE

A Guiné Equatorial, terceiro maior exportador de petróleo da África, contará em breve com o primeiro embaixador brasileiro residente. Trata-se do ministro de segunda classe Agemar de Mendonça Sanctos, cuja indicação pelo presidente da República recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e será agora submetida ao Plenário.

Os dois países mantêm relações diplomáticas desde 1974, com representações cumulativas. A abertura de embaixadas da Guiné em Brasília e do Brasil em Malabo foi decidida após encontro, em 2004, dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Teodoro Obiang, realizado paralelamente a uma reunião de chefes de Estado da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em São Tomé e Príncipe.

A Guiné já abriu sua representação na capital brasileira, e a embaixada do Brasil está em processo de instalação, conforme anunciou à comissão Mendonça

Sanctos. O início do funcionamento da representação brasileira deverá coincidir com o começo da atuação, naquele país, da Petrobras, que vai operar um campo em águas profundas na plataforma continental guinéu-equatoriano.

A produção de petróleo na Guiné Equatorial atingiu 350 mil barris diários em 2004. Existem ali reservas comprovadas de 1,1 bilhão de barris. Explorado por empresas estrangeiras, quase todas norte-americanas, o petróleo representa mais de 90% das receitas fiscais e de exportação do país.

Além da Petrobras, disse Mendonça Sanctos, o governo da Guiné deseja atrair investimentos para o agronegócio, acenando com a vantagem de acesso ao mercado europeu por meio das concessões feitas a países africanos pelo Acordo de Lomé. Existe interesse guinéu-equatoriano, segundo o embaixador indicado, no estabelecimento de linhas de transporte aéreo e marítimo e na cooperação nas áreas como agricultura, educação e saúde.

Félix será convidado a esclarecer denúncias envolvendo a Abin

O ministro Jorge Armando Félix, do Gabinete de Segurança Institucional, será convidado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a prestar informações sobre denúncias contidas na reportagem “Espião versus Espião”, publicada pela revista *IstoÉ* de 19 de novembro. A resolução foi tomada ontem pelo colegiado, a partir de requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Para Simon, a matéria contém “graves indícios e denúncias de uso não-ilibado das informações e das atribuições do órgão máximo de inteligência nacional”. Uma vez comprovadas as denúncias, afirma o senador na justificativa de seu requerimento, o país

estaria diante de um “perigoso quadro de ilegalidade, insurreição e desmando institucional por parte da Agência Brasileira de Inteligência (Abin)”.

Conforme a reportagem da *IstoÉ*, estaria em curso no governo federal negociação para promover a fusão da Abin com a Polícia Federal. E setores da agência contrários a essa decisão teriam dado início a uma “conspiração” para evitar que a união se concretize. Agentes da Abin, segundo a matéria, ameaçam “abrir os arquivos” da agência, caso a proposta de fusão siga adiante.

A revista cita que estaria sendo costurado um pacto, na Polícia Federal, para que as duas instituições permaneçam separadas.

Senadores exaltam a obra do poeta Mário Quintana

O Plenário do Senado prestou, no início da sessão de ontem, homenagem ao poeta gaúcho Mário Quintana, pelo centenário de seu nascimento. A obra e sua personalidade foram exaltadas em pronunciamentos dos senadores gaúchos Paulo Paim, Sérgio Zambiasi e Pedro

Simon, que propuseram a homenagem. Nascido em julho de 1906, na cidade de Alegrete (RS), Mário Quintana faleceu em maio de 1994, em Porto Alegre, deixando publicações consagradas como *A rua dos cataventos*, *Pé de pilão*, *Esconderijos do tempo* e *Lili inventa o mundo*.

Paulo Paim



Roosevelt Pinheiro

ABL saiu perdendo ao não aceitar o poeta como membro

Paulo Paim (PT-RS) apresentou em seu pronunciamento em homenagem a Mário Quintana uma síntese da biografia do poeta e leu trechos de seus mais conhecidos poemas. Nascido em Alegrete (RS) no ano de 1906, lembrou o senador, Quintana teve a primeira edição de seu livro *A rua dos cataventos* lançada em 1940, pela Editora Globo. Essa obra, enfatizou, obteve logo ótima repercussão e seus sonetos passaram a figurar em livros escolares e antologias.

– Preso a sua querida Porto Alegre, mesmo assim Quintana fez excelentes amigos entre os grandes intelectuais da época. Seus trabalhos eram elogiados por Carlos Drummond de Andrade, Vinicius de Moraes, Cecília Meireles, João Cabral de Melo Neto e Manuel Bandeira – recordou o parlamentar.

Paim lamentou o fato de Mário Quintana não ter sido aceito como integrante da Academia Brasileira de Letras (ABL), mesmo tendo sido indicado por três vezes para ocupar uma cadeira na instituição.

– Ele não perdeu; quem perdeu foi a Academia Brasileira de Letras por não poder dizer que o “imortal” poeta Mário Quintana está entre os seus escolhidos – frisou Paim, explicando que assim respondeu a uma pergunta de seu filho sobre as motivações da ABL para não escolher o poeta.

Sérgio Zambiasi



Roosevelt Pinheiro

Livros publicados e premiados em diversos países

Ao homenagear o centenário de nascimento do poeta gaúcho, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) tratou da vasta obra do artista, publicada e premiada mundo afora, e de sua “relação visceral” com a cidade de Porto Alegre.

– Quintana foi um poeta do cotidiano. Não era nem pretendia ser um grande intelectual. Falava de sentimentos e impressões, das pequenas criaturas, da luz das tardes, da sua companheira, a lua. Falava, enfim, da magia imensa que há no mundo e que, por estar visível aos olhos de todos, todos os dias, acaba invisível, na faina do dia-a-dia – afirmou o senador.

Zambiasi lembrou que o poeta “fincou raízes em Porto Alegre”, tornando-se patrimônio da cidade e confundindo-se com sua paisagem. No poema *O Mapa*, citado por Zambiasi, o escritor diz que olha o mapa da cidade “como quem examinasse a anatomia de um corpo”, e lamenta por aquelas ruas da capital que jamais conheceria.

Em aparte, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) afirmou que Mário Quintana é patrimônio nacional, e não apenas do seu estado. De acordo com o parlamentar, entre todas as obras do poeta, a que mais se destaca não é literária, mas a sua luta pela não demolição do prédio do Hotel Majestic, hoje Casa de Cultura Mário Quintana.

Pedro Simon



Roosevelt Pinheiro

Temperamento marcado pela simplicidade

“As religiões cresceram entre os humildes, porque aqueles que estavam por cima já se julgavam no paraíso.” “A mentira é uma verdade que se esqueceu de acontecer.” “Viajar é mudar o cenário de nossa solidão.” “O livro traz a vantagem de a gente poder estar só e ao mesmo tempo acompanhado.” Esses foram alguns dos versos de Mário Quintana lidos da tribuna pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS).

– Mário Quintana não aceitaria um pronunciamento tradicional. Aliás, seria interessante saber o que o poeta pensaria dessa homenagem, ele que escreveu, no poema *Percalços da Posteridade*: ‘O mais irritante de nos transformarem um dia em estátuas é que a gente não pode se coçar’.

O senador lembrou que, quando a Prefeitura de Alegrete quis homenagear Quintana, em 1968, com um monumento, e pediu ao poeta que escrevesse algo para uma placa, ele se recusou, dizendo que “um erro em bronze é um erro eterno”. Sua desculpa foi, então, gravada em uma placa de bronze e afixada ao monumento, à revelia do poeta.

O parlamentar relatou que, candidato a membro da Academia Brasileira de Letras, e pensando nos que não o apoiaram, Quintana escreveu o *Poeminha do Contra*. “Todos esses que aí estão atravancando meu caminho/Eles passarão... eu passarinho!”

Audiência debate projetos que permitem a utilização do fundo para pagar mensalidades escolares, entre outras possibilidades

Senadores defendem fortalecimento do FGTS

Durante audiência pública conjunta das comissões de Educação (CE) e de Assuntos Sociais (CAS) realizada ontem, destinada a debater projetos que permitem a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na compra de lote urbanizado e no pagamento de mensalidades escolares, entre outras possibilidades, senadores da base do governo e da oposição defenderam o fortalecimento do fundo. Na audiência, os parlamentares pediram a manutenção dos três quesitos básicos que originaram a criação do FGTS: construção de habitações, saneamento básico e indenização ao trabalhador no ato de sua demissão.

Paulo Paim (PT-RS) mostrou-se preocupado com a perspectiva de aprovação dos vários projetos em tramitação no Congresso Nacional que visam permitir saques na conta vinculada do fundo. Durante a reunião foi discutido o Projeto de Lei da Câmara 18/02, que propõe alterações à lei do

FGTS (Lei 8.036/90) com o objetivo de possibilitar a utilização de recursos do fundo para aquisição de lote urbanizado. A matéria tramita em conjunto com outros 13 projetos de lei do Senado. Paim entende que essas propostas, se aprovadas, poderiam descaracterizar a lei que deu origem ao fundo.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) reiterou a proposta contida em substitutivo de sua autoria que prevê que o FGTS poderá ser sacado para amortizar até 70% do valor de cada parcela do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), ou ainda para quitar dívidas desse empréstimo, desde que o saque fique limitado a 30% do saldo da respectiva conta. O substitutivo foi apresentado ao PLC 18/02.

Romeu Tuma (PFL-SP) recordou que o FGTS foi criado para atender diretamente ao trabalhador de menor renda, razão pela qual ele criticou a sua pulverização. O senador admitiu,

no entanto, a análise de propostas de uso dos recursos do fundo que venham beneficiar o trabalhador sem, contudo, pôr em risco o volume dos valores depositados.

Ideli Salvatti (PT-SC) concordou com Tuma e lembrou que nada menos de 75% das contas vinculadas do FGTS têm um saldo médio de R\$ 150. Conforme a senadora, a pulverização dos recursos, portanto, não resolveria o problema, já que as mensalidades escolares estão bem acima desse valor.

O presidente da CAS, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), observou que inúmeros equívocos foram cometidos ao longo do tempo no uso dos recursos do FGTS. Mas o senador reconheceu que, atualmente, o governo Lula reinicia projetos voltados para o setor habitacional, favorecendo populações de menor renda.

Habitação e saneamento

De 2000 a 2006, a contratação de recursos do FGTS proporcionou empréstimos de R\$

35,148 bilhões para habitação e saneamento básico no país. As informações foram prestadas pelo diretor-executivo da Diretoria de Benefícios da Caixa Econômica Federal, Joaquim de Oliveira. Os recursos foram usados em habitação popular, infra-estrutura urbana, operações especiais em habitação e saneamento básico, num total de 2.061.076 unidades, que geraram 3,013 milhões de empregos e beneficiaram 43,251 milhões de pessoas.

Dados da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, apresentados pela secretária nacional de Habitação, Inês da Silva Magalhães, apontam, no entanto, um déficit de 7,2 milhões de moradias. Das pessoas sem casa própria, 92% se situam na faixa que recebe até cinco salários mínimos (R\$ 1.750). Como desafio ao atendimento desse déficit, ela defendeu a necessidade de investimentos da ordem de R\$ 7,5 bilhões ao ano, durante 16 anos.



Imóveis acima de R\$ 350 mil não poderão mais ser penhorados, comemora Sarney

Sarney elogia veto à penhora de salários e da casa própria

José Sarney (PMDB-AP) defendeu o veto parcial do presidente da República à Lei 11.382/06, que altera dispositivos do Código de Processo Civil relativos à execução de dívidas. Foi vetado o trecho que permitia a apreensão judicial de até 40% do rendimento do trabalhador que ganha acima de 20 salários mínimos (o que equivale, hoje, a R\$ 7 mil). Outro trecho excluído foi o que possibilitava a penhora de imóvel caracterizado como a residência onde vive a família, desde que tivesse valor superior a mil salários mínimos (atualmente, R\$ 350 mil).

Programa *Inclusão* da TV Senado ganha Prêmio Imprensa

Esta é a sétima vez que o programa *Inclusão*, da TV Senado, é premiado. A reportagem "Biblioteca T-Bone" foi a vencedora na Categoria Nacional – Responsabilidade Social na 8ª edição do Prêmio Imprensa Embratel, entregue na noite de ontem no Canecão, Rio de Janeiro. O programa, comandado pela jornalista Solange Calmon, é voltado para a discussão de temas de cunho social.

O prêmio é uma homenagem aos jornalistas brasileiros e foi criado pela Embratel juntamente com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro.



Solange Calmon dirige e apresenta a história do açougueiro Luiz Amorim

As destinações sugeridas para os recursos do fundo

O Projeto de Lei da Câmara 18/02, do então deputado Geraldo Magela (PT-DF), tramita em conjunto com outros 13 projetos de lei do Senado. São eles o 122, do senador Ramez Tebet; 198, do senador Alvaro Dias (PSDB-PR); 223, do ex-senador Luiz Estêvão; e 356, da ex-senadora Luzia Toledo, de 1999; 73, do ex-senador Luiz Estêvão; 203, do ex-senador Casildo Maldaner; e 245, do senador Osmar Dias (PDT-PR), de 2000; 101, do ex-senador Ricardo Santos; e 185, do ex-senador Waldeck Ornéllas, de 2001; 95, do ex-senador Ricardo Santos; 113, do ex-senador Waldeck Ornéllas; e 124, do ex-senador Carlos Bezerra, de 2002; e 319, do senador Efraim Morais (PFL-PB), de 2003.

Os projetos correlatos ao PLC 18 sugerem a utilização de recursos para pagamento de anuidades do ensino médio e superior; quitação de financiamento junto ao Programa de Crédito Educativo; pagamento de cirurgias do trabalhador e seus dependentes; aquisição de microcomputadores; quitação de prestações de financiamento habitacional em atraso, entre outras alternativas.



Debate reuniu parlamentares das comissões de Educação e de Assuntos Sociais para analisar sugestões contidas em 14 propostas

Foi apresentada ainda emenda ao PLC 18/02, de autoria do senador Antônio Carlos Valadares, visando permitir a movimentação da conta vinculada junto ao FGTS para constituição de microempresa por titular desempregado.

Inicialmente distribuídas apenas à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), as proposições foram encaminhadas à Comissão de Educação (CE) a requerimento do senador Augusto Botelho (PDT-RR). Após a análise, os projetos voltarão à CAS. O relator da proposição nas duas comissões, senador Eduardo Azeredo, em seu substitutivo, advertiu para o perigo de se afetar a capitalização do fundo com

saques que não são correlatos ao objetivo original de sua criação: demissão, aposentadoria, morte e aquisição de moradia do trabalhador. Os recursos são aplicados ainda em projetos fundamentais nas áreas de habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana.

Dessa forma, o relator recomenda a aprovação do PLC 18/02 e da emenda apresentada por Antônio Carlos Valadares, na forma de substitutivo que permite a utilização do FGTS para aquisição de lote urbanizado, quitação de prestações atrasadas de financiamento habitacional e amortização de parcelas de financiamento

estudantil.

As condições para a aquisição do lote são as de que a área não ultrapasse 250m² e esteja localizada em parcelamento urbano aprovado pelo poder público local e de que o comprador não possua outro imóvel. O recurso liberado do FGTS não poderá ultrapassar 80% do valor do lote e o trabalhador deve ter pelo menos três anos de trabalho sob o regime do fundo.

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço é patrimônio do trabalhador, sendo regido por normas e diretrizes estabelecidas por um conselho curador tripartite e paritário.